

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE AGRONOMIA  
CURSO DE AGRONOMIA  
AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Gil Vicente Lourosa**

**Matrícula: 00159196**

*“Escritório Municipal da EMATER-RS/ASCAR no Município de Feliz/RS”*

PORTO ALEGRE, março de 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE AGRONOMIA**  
**CURSO DE AGRONOMIA**

**Escritório Municipal de Feliz da EMATER-RS/ASCAR**

**Gil Vicente Lourosa**  
**159196**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do Grau de Engenheiro Agrônomo, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Supervisor de Campo: Eng. Agr. Joel Pagnoncelli

Orientador Acadêmico: Prof. Paulo Vitor Dutra de Souza

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

Profa. Mari Lourdes Bernardi - Depto. de Zootecnia - Coordenadora

Profa. Beatriz Maria Fedrizzi – Depto. de Horticultura e Silvicultura

Prof. Elemar Antonino Cassol - Depto. de Solos

Prof. Josué Sant’Ana – Depto. de Fitossanidade

Profa. Lucia Brandão Franke – Depto. de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia

Profa. Renata Pereira da Cruz – Depto. Plantas de Lavoura

PORTO ALEGRE, março de 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à equipe do Escritório Municipal de Feliz da EMATER-RS/ASCAR pela atenção e dedicação nos quase três meses de realização do estágio que, sem sombra de dúvidas, contribuíram significativamente na minha formação profissional e pessoal: Joel Pagnoncelli, Vanir Terezinha Milani e Iria Schreiber.

Concomitantemente, quero agradecer ao Prof. Paulo Vitor Dutra de Souza pela disponibilidade e orientação na realização de mais esta etapa de minha formação profissional.

## **RESUMO**

O estágio foi realizado no Escritório Municipal da EMATER-RS/ASCAR, localizado no município de Feliz-RS. O trabalho desenvolvido teve como objetivo vivenciar a rotina do extensionista rural, tanto no escritório, quanto a campo. As principais atividades realizadas consistiram no acompanhamento de visitas técnicas aos produtores, reuniões dos escritórios da microrregião, participação na elaboração da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e de projetos de crédito. Tais atividades contribuíram para o melhor entendimento de algumas das atividades nas quais o Engenheiro Agrônomo pode atuar, bem como dos problemas enfrentados nas suas realizações e dos benefícios que elas podem proporcionar aos produtores assistidos.

## LISTA DE TABELAS

	<b>Página</b>
<b>1. Dados relativos à EMATER-RS/ASCAR no Rio Grande do Sul.....</b>	<b>12</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	<b>Página</b>
<b>1. Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque para o município de Feliz-RS.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Divisão da economia do município de Feliz-RS.....</b>	<b>10</b>
<b>3. Excesso de adubação em plantas de morangueiro.....</b>	<b>16</b>
<b>4. Aplicação de defensivos sem EPI.....</b>	<b>17</b>

## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 Situação geográfica .....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 Caracterização do clima .....</b>	<b>9</b>
<b>2.3 Caracterização de solos, hidrografia .....</b>	<b>9</b>
<b>2.4 Aspectos socioeconômicos .....</b>	<b>10</b>
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>11</b>
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO: A EXTENSÃO RURAL.....</b>	<b>12</b>
<b>5. ATIVIDADES REALIZADAS .....</b>	<b>15</b>
<b>5.1 Visitas técnicas .....</b>	<b>15</b>
<b>5.2 Atividades de escritório .....</b>	<b>16</b>
<b>5.3 Demais atividades .....</b>	<b>17</b>
<b>6. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>20</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

A disciplina “Defesa do Trabalho de Conclusão” é uma das etapas finais do currículo do curso de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De forma diferente das demais disciplinas do currículo, essa é constituída da realização de um estágio com carga horária mínima de 300 horas, no qual são realizadas atividades relacionadas a agronomia de interesse do aluno. Esse relatório apresenta as atividades desenvolvidas no escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS-ASCAR) em Feliz-RS. O estágio foi realizado no período de 02 de janeiro a 15 de março de 2013, atendendo à carga horária exigida pela disciplina.

A escolha do local buscou atender a demanda de contato com produtores e necessidade de vivenciar e completar a formação profissional em um ambiente real, propiciando a integração dos conhecimentos vistos durante a realização do curso. Além disso, o interesse de trabalhar com agricultores familiares e principalmente na parte da extensão rural. Dessa forma reconhecendo o papel que a EMATER-RS/ASCAR exerce no fortalecimento da agricultura familiar e nos programas de crédito rural e inclusão social.

O escritório da EMATER/RS-ASCAR de Feliz atualmente conta com uma equipe formada pelo Engenheiro Agrônomo Joel Pagnoncelli, pela Extensionista de Bem-estar Social Vanir Terezinha Milani e auxiliar administrativa Iria Schreiber.

Foram realizadas atividades do escritório, visitas aos produtores que buscam esclarecimento e informações referentes a parte técnica, a parte de políticas públicas, a realização de Declarações de Aptidão ao Pronaf ou projetos de crédito para custeio, investimento, coleta e interpretação de análises de solo, reuniões com a equipe do escritório de outras instituições representativas do setor que serão detalhadas no decorrer do relatório.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE FELIZ-RS**

### **2.1 Situação geográfica**

O município de Feliz localiza-se na região fisiográfica do estado do Rio Grande do Sul denominada Encosta Superior do Nordeste (Figura 1), na região de Lageado. Situa-se a 85 km de Porto Alegre, capital do estado, a uma altitude de 120 metros do nível do mar. A área territorial do município tem a extensão de 96,232 km<sup>2</sup>.



Figura 1. Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque para o município de Feliz-RS. Fonte: Wikipedia

## 2.2 Caracterização do clima

Segundo a classificação climática de Köppen, o clima predominante é o Cfa. Caracteriza-se por temperaturas médias anual de 18 °C. A precipitação pluvial normal é de 1.600 mm/ano, de forma bem distribuída ao longo das estações (INMET, 2014).

## 2.3 Caracterização de solos hidrografia

A origem geológica da região compreende a Formação Encosta Superior do Nordeste. Esta formação constitui-se de uma sucessão de derrames de rochas efusivas ácidas de composição predominantemente basáltica. Predominam Argissolos Bruno-acinzentados, Neossolos Litólicos, Cambissolos Húmicos Alumínicos (STRECK, 2008).

O Rio Caí percorre o município de Oeste a Leste, numa extensão de vinte e quatro quilômetros. Sete arroios desembocam no Rio Caí, formando doze microbacias.

#### 2.4 Aspectos socioeconômicos

A colonização germânica na região iniciou em 1846. A ocupação da região deveu-se às outras áreas já estarem ocupadas por fazendeiros portugueses e gaúchos. Os primeiros moradores da região chegaram nessas terras vindos da Província Renata, do Palatinado e de Hessen-Darmstadt, na Alemanha. O município de Feliz foi elevado a vila e em 17 de fevereiro de 1959 foi emancipado de São Sebastião do Cai. Possui 12.359 habitantes representados por 76% da população urbana, e 24% da população rural (IBGE, 2014).

O município passou por diferentes fases na economia, no início essencialmente voltado a agricultura, e nas décadas de 80 e 90 foram as da industrialização e posterior queda proveniente do fechamentos dessas fábricas. Atualmente destacam-se indústrias do setor metal-mecânico, calçadista e moveleiro. A agricultura é bastante forte no município com produções de hortaliças com comercialização nos CEASAS de Porto Alegre-RS e Caxias do Sul-RS. Também existem suinocultores e avicultores. Os principais produtos oriundos da agricultura são: morango, figo, goiaba, amora-preta, entre outras.

O setor de comércio e serviço completam a economia, sendo referência para vários municípios.

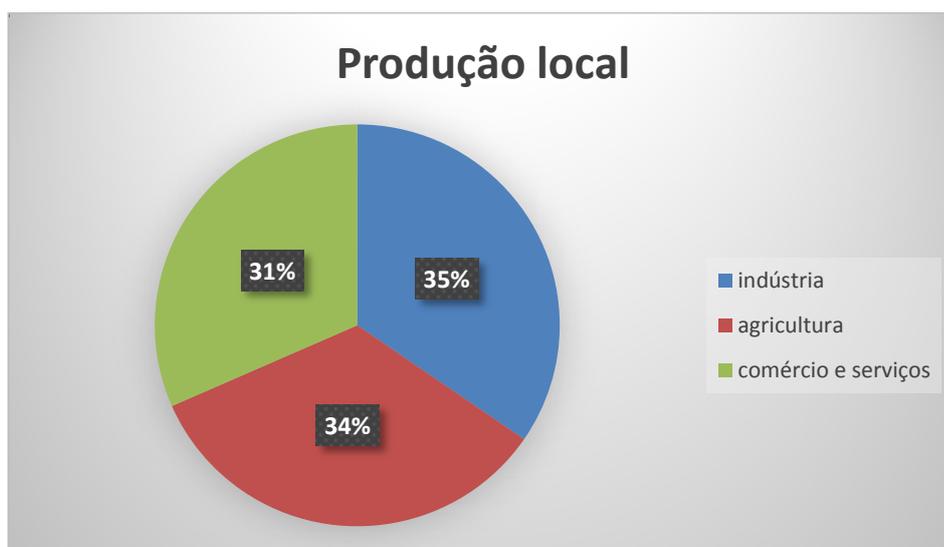


Figura 2. Divisão da economia do município de Feliz-RS. Fonte: Adaptado do site da Prefeitura de Feliz

### 3. CARACTERIZAÇÃO DA EMATER/RS-ASCAR

Em 1955 nascia no Rio Grande do Sul a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), acompanhado do surgimento em outros estados de outras associações. A ASCAR iniciou a atuação após a formalização do convênio com Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura, Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, garantindo-se recursos técnicos e financeiros para as atividades de extensão rural.

O início de sua atuação, em 1956, coincidiu com a fundação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que congregava todas as ACAR do país. Em 1974 o governo criou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Em seu artigo terceiro, é caracterizada como empresa pública com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, apresentando como uma das metas primordiais da sua atuação colaborar na criação, implantação e operação pelos governos estaduais de instituições com objetivos semelhantes aos seus, ou seja, as Empresas Estaduais de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER) em substituição às Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Nesse contexto, criou-se a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) em 14 de março de 1977, sendo fundada pelo Ministério da Agricultura, pela EMBRATER, Secretária da Agricultura do Rio Grande do Sul, Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG) e a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS). A EMATER e a ASCAR coexistiram até a assinatura do Protocolo de Ação Conjunta, em 18 de Dezembro de 1980, onde foi estabelecida a administração conjugada dos serviços de assistência técnica e extensão rural, sendo o nome EMATER-RS/ASCAR usada até hoje. A manutenção da ASCAR justifica-se no fato de que esta possui a condição de entidade filantrópica e, desta forma, apresenta benefícios legais que a isentam do pagamento de obrigações sociais, como contribuições previdenciárias, além de impostos e taxas (Deponti, 2010).

Com isso a EMATER-RS/ASCAR compromete-se fornecer Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

Dessa maneira a agência oficial de extensão rural do Estado do Rio Grande do Sul tem atuado com diversos tipos de públicos (agricultores familiares, assentados, indígenas, pecuaristas familiares, pescadores artesanais, quilombolas, agricultores empresariais, entre

outros), com o auxílio de 485 escritórios distribuídos pelo Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo 98% dos municípios gaúchos assistidos pelos técnicos (Tabela 1). Com o Relatório de Atividades da EMATER-RS/ASCAR de 2010 foram beneficiados mais de 713,978 integrantes das famílias, representando cerca de 75% das famílias da agricultura familiar.

Tabela 1. Dados relativos à EMATER-RS/ASCAR no Rio Grande do Sul. Durante o período de 1955 a 2009. Fonte: Adaptado de Deponti, 2010.

Discriminação	1955	1970	1980	1990	2000	2005	2009
Nº de escritórios	8	94	157	268	446	484	485
Nº de empregados	22	396	1160	1435	2158	2265	1890
Público beneficiado (famílias)	4.700	129.547	102.586	103.898	151.300	253.446	281.984

#### 4. REFERENCIAL TEÓRICO: A EXTENSÃO RURAL

A extensão rural é definida pelas Organizações das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), como a ajuda à população rural, oportunizada por um sistema de serviço – formal ou informal – que mediante procedimentos educativos promove a melhora dos métodos e técnicas agrícolas empreendidos pelos agricultores, resultando no aumento da produtividade e melhores condições de vida.

As primeiras formas de extensão rural datam do período Neolítico, muito embora não eram percebidas dessa forma. Nos períodos anteriores, o homem era essencialmente coletor, nessa época passou a produtor de alimentos por assim dizer (BURNS, 1986). De acordo com Caporal, (1991), “o aspecto revolucionário do Neolítico foi a introdução da prática da agricultura – o cultivo da terra e a criação de animais – e a correlata sedentarização das comunidades humanas em aldeias”.

Essas ações iniciais foram, muito provavelmente, através da troca de experiências durante as primeiras formas de comércio, principalmente do excedente, e do contato entre grupos nômades. Trocas de informações foram aumentando na Idade do Bronze, período que a tração animal iniciou nas atividades agrícolas, além do aprimoramento das técnicas de armazenamento de alimentos, utensílios agrícolas e domésticos melhores, elaboração de sistemas de irrigação e drenagem, fazendo ocorrer mudanças significativas na humanidade, orientando-a em sua organização e desenvolvimento.

No Brasil, as primeiras atividades de extensão rural, na visão do modelo clássico, foram desenvolvidas em 1947, em São Paulo, mais precisamente nos municípios de Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, com o respaldo da American International Association for Economic and Social Development (AIA), visando o acréscimo da produção dos cafezais (DEPONTI, 2010 apud VIEIRA, 1988).

Com o suporte econômico de instituições públicas e privadas norte-americanas, fundou-se em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Com o intuito de estabelecer um programa de assistência financeira e técnica possibilitando aprimorar a produção agropecuária e melhorar suas condições econômicas, sociais da vida rural (CAPORAL, 1991).

Segundo Caporal (2001), esse início da extensão rural brasileira, desde o nascimento até a institucionalização dos serviços em 1960, é considerado como período de “Assistencialismo Familiar”. O foco das ações, as famílias e as comunidades rurais mais necessitadas financeiramente, sendo que as partes que recebiam maior atenção eram as de melhoria do lar, com saúde, bem-estar, e em relação a melhoria na produção agrícola, tendo como característica ações de caráter assistencialista. Tendo em vista o modelo clássico de extensão, o enfoque sempre foi o educativo nas ações que promovem o aumento da produção, elevando a renda agrícola das famílias do campo, e agregado a isso a melhor qualidade de vida.

Em virtude dessas revoltas no rumo da política agrícola de nosso país, que ocorreu na década de 1960, as ações de extensão orientaram-se sobre uma lógica difusionista de tecnologia e modernização do meio rural brasileiro (Teoria da Difusão de Inovações). Esses acréscimos consideráveis na produção e produtividade da agricultura constituíram-se no enfoque das ações de extensão rural, principalmente nas famílias e comunidades mais empobrecidas. A reorientação das ações de extensão rural encontrou respaldo nas políticas de crédito agrícola orientada a médios e grandes agricultores, além de produtos destinados a exportação. Juntamente com isso, a pesquisa agropecuária passou a dar enfoque ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção, para culturas agrícolas específicas. Ressaltando que a subordinação do setor agrícola esta ligada as cadeias da agroindústria, muito relacionada com os pacotes tecnológicos que crescem de maneira bastante rápida, com o intuito de incrementar a produção agrícola e na comercialização dos produtos agropecuários, tendo a “Revolução Verde” contribuído muito nessa consolidação. A “modernização conservadora” na agricultura brasileira, perdurou por vinte anos, visto as

grandes mudanças na base técnica, mas sem mexer na estrutura agrária e na concentração da posse de terra (CAPORAL, 2001).

Paulo Freire (1977) em seu livro “Extensão ou Comunicação” expressa essa estrutura latifundista do meio rural brasileiro, determinante para a falta de diálogo que é fundamental nas ações de extensão rural, “*o latifúndio, como estrutura vertical e fechada, é, em si mesmo, antidialógico*”, apresentando que talvez o motivo do silêncio dos menores em relação a extensão rural, seja uma ação recorrente do processo histórico de formação da consciência camponesa no espaço de relações verticais.

Com a reorganização dos movimentos sindicais e sociais e o fim da ditadura militar, possibilitou a entrada em outro período da extensão rural brasileira, esse período mais conhecido como o “Repensar da Extensão”. Movida por questões sobre a eficiência econômica, diferenças sociais e problemas ambientais de técnicas ultrapassadas, que deram força a revolução verde, o repensar da prática de extensão começou a orientar os novos meios do extensionismo para os pequenos agricultores e mais voltado para o mercado interno, priorizando o diálogo, a participação e o bem-estar dos agricultores, criando assim caminhos mais consistentes de comunicação.

O movimento para repensar o modelo de extensão rural brasileira, teve seu sustento diminuído com a extinção da EMBRATER em 1990, no início do governo de Fernando Collor de Mello, muito em virtude das políticas neoliberais. As mudanças nos objetivos e metodologias utilizadas pelas empresas estaduais de extensão, propiciaram o início de um declínio do extensionismo rural brasileiro.

A superação da crise nos serviços oficiais de extensão rural necessitou de paciência e muito trabalho de todos os envolvidos, agricultores, extensionistas, pesquisadores, sindicatos, movimentos sociais, poder público, entre outros, tentando uma mudança nessa estrutura que há pouco tempo apresentava os dogmas da Revolução Verde, com um modo de agir bastante lento e gradual de construção de uma maneira de atuar frente aos desafios que a agricultura impõe, sem esquecer a herança das práticas anteriores. Para isso foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e a instituição da Política Nacional de Ater (PNATER) e de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER) em 2003, com políticas institucionais construindo uma agricultura sustentável que assegure a produção adequada de alimentos e melhores condições para a população.

Visto todos esses fatores, pode-se afirmar que a extensão rural não pode se basear no processo mecanicista, estático e linear, pois “*o conhecimento não se estende do que se julga*

*sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento e constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.*” (FREIRE, 1977). O papel do Engenheiro Agrônomo não deve ser apenas técnico, mas sim no trabalho com visão ampla, educando e comunicando-se com outros, visualizando as diferentes realidades que o cercam, e notando problemas e captando criticamente os mesmo.

## **5. ATIVIDADES REALIZADAS**

### **5.1 Visitas técnicas**

A cultura do morango é a mais forte na região e no município, sendo a atividade mais vista durante a realização do estágio, relacionado principalmente a questões técnicas (podas, tratamentos, adubação, sistemas de cultivo). Apesar da predominância do morango, os agricultores demandavam informações sobre diversas culturas. Essas visitas eram feitas através de agendamento por parte dos agricultores, seja por telefone, ou solicitadas no escritório da EMATER-RS/ASCAR.

Em uma solicitação de visita, o produtor relatou problemas com o amarelecimento das plantas de morangueiro cultivadas em substrato. Na realização da vistoria, foi constatado que as plantas apresentavam sintomas de excesso adubação, comum no município (figura 3). Alguns bags que estavam mais no fim do sistema apresentavam as plantas em condições aparentemente normais, o que foi constatado que era devido a menor quantidade de adubo que chegavam nestas. Foi coletada uma amostra da solução nutritiva, atestando-se que a condutividade elétrica estava bastante elevada. Dessa forma recomendou-se ao produtor, uma irrigação de limpeza (lixiviação), com o intuito de “lavar” o substrato. Também foi prescrita a ele uma nova formulação da adubação, e foi feita a calibragem do seu condutivímetro e phmetro para o monitoramento.



Figura 3. Excesso de adubação em plantas de morangueiro.

Foi constatado também o costume dos trabalhadores do município a aplicação de defensivos sem a utilização de EPIS (Figura 4).



Figura 4. Aplicação de defensivos sem EPIS.

## 5.2 Atividades de escritório

O trabalho compreendeu as elaborações de laudos, projetos, esclarecimentos de dúvidas, tanto referentes a questões políticas, quanto a parte técnica, fazendo com que o extensionista tenha que saber conciliar as atividades. Com isso, a divisão de tempo entre atividades de campo e de escritório tiveram que ser divididas com turnos pré-definidos.

Interpretou-se laudos de análises de solos, recomendando-se doses de adubações com base no Manual de Adubação e Calagem do RS e SC, e somente repassando a recomendação para o agricultor após uma revisão. Era ressaltado para eles fazerem as correções e adubações conforme recomendação, para evitar problemas futuros de salinidade e toxicidade com excessos.

As maiores demandas de recomendação foram de morango, pepino conserva, e pimentão, mas devido aos excessos aplicados historicamente nos solos da região, a recomendação normalmente era de manutenção.

Outra atividade que demandou bastante tempo de escritório foi o fornecimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os agricultores familiares. Com essa DAP, os produtores familiares tinham direito a diversas políticas públicas, como por exemplo, o PRONAF, sendo utilizadas para investimento, custeio, aquisição de máquinas no “Pronaf Mais alimentos” (Figura 3) entre outros.

### **5.3 Demais atividades**

Foram realizadas reuniões durante o período de estágio no Município de Bom Princípio, onde tratou-se de alguns assuntos, como a questão do Crédito Fundiário, que foi pouco procurado no município durante a realização do estágio. Também realizou-se reuniões com o intuito de promover palestras e cursos para a divulgação do cultivo do morangueiro em substratos de maneira orgânica, onde os técnicos dos municípios de Nova Petrópolis, Bom Princípio e Feliz elaboraram as mesmas.

## 6. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Completar a formação profissional de Engenheiro Agrônomo através da disciplina Defesa de Conclusão de Curso com a realização do Estágio Curricular Obrigatório em um escritório municipal da EMATER-RS/ASCAR, mostrando a dimensão e as possibilidades de trabalho que se abre para os profissionais da agronomia é de fundamental importância. Mostra de forma bastante esclarecedora os desafios de se trabalhar com a agricultura familiar e com a prática da extensão rural, bem como possibilita por em prática o conhecimento multidisciplinar adquirido ao longo dos anos de faculdade. Entretanto, esse conhecimento adquirido durante o período acadêmico, referente as diversas áreas da agronomia, pode não ser suficiente para enfrentar a conjuntura atual de abertura de novos mercados agrícolas, de pluriatividade na agricultura familiar, dos problemas ambientais resultados de práticas equivocadas, escravidão no meio rural e, principalmente, na crise da sucessão familiar das propriedades rurais. Esses desafios referentes a esses novos fatos estão sendo discutidos, mas sem um tempo determinado para uma conclusão. Sendo contínuo o processo de conhecimento e estimulado pela divergência de idéias, aumentando a reflexão sobre os assuntos.

O ensino deveria ser mais voltado para o profissional da agronomia ter essa visão mais aberta desses problemas enfrentados na realidade das propriedades familiares. Desta maneira, tendo maior capacidade de resolver e desenvolver práticas de extensão rural, sem tantos equívocos, principalmente na questão de comunicação entre as partes envolvidas, agrônomo e agricultor, estimulando um canal de comunicação, problematizando as relações entre eles envolvidas. Com isso a construção do meio rural atendendo as demandas anteriormente citadas, com as questões da ruralidade é contemplada pela ação participativa dos envolvidos.

Com isso vejo necessidade de uma mudança na forma de atuação das empresas de extensão rural, no caso referido a EMATER-RS/ASCAR, para que elas se transformem cada vez mais em transformadoras de políticas públicas, para manter o homem no campo e fornecer cada vez mais ferramentas de crédito e funcionalidade aos agricultores. Mas para esse fortalecimento ocorrer efetivamente, é necessário, também, um reconhecimento da população em geral da importância da extensão rural, tanto na produção de alimentos saudáveis, quanto na manutenção da qualidade de vida e fixação do trabalhador no seu meio. E com isso ocorrendo, o poder público verá mais necessidade de investir qualificando e ampliando esses serviços.

Dessa maneira vemos que a reestruturação do serviço público de extensão rural necessita de mais investimentos financeiros e uma melhor estrutura para o trabalho, para que

seus profissionais possam desempenhar um serviço com melhor qualidade nas áreas de assistência técnica e extensão rural, contemplando programas e projetos desenvolvidos a partir da análise crítica e reflexiva da realidade que cerca este novo rural. Neste sentido o estágio vivenciado no Escritório Municipal de Feliz da EMATER-RS/ASCAR contribuiu significativamente para a formação profissional do futuro Engenheiro Agrônomo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURNS, E.M. **História da civilização ocidental**. 28º ed. Rio de Janeiro: Globo,1986. 581p.
- CAPORAL, F.R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. UFSM. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, 11 de janeiro de 1991. 134f.
- CAPORAL, F.R. A extensão rural do Rio Grande do Sul: da tradição “made in USA” aoparadigma agroecológico. 2001. Disponível em:<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/agroeco030701.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2014.
- DEPONTI, C.M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. UFRGS. Série PGDR – Tese, nº 37. Porto Alegre, 2010. 274f. : il.
- IBGE (IBGE Cidades 2010). **Dados Indicadores do Município de Feliz**. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/6EH0>. Acesso em: 19 de março de 2014.
- INMET Instituto Nacional de Meteorologia. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/>. Acesso em: 21 de março de 2014.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p.
- Prefeitura de Feliz. Disponível em: <http://www.feliz.rs.gov.br/>. Acesso em 19 de março de 2014.
- EMATER-RS/ASCAR. **Relatório de Atividades: 2010**. Porto Alegre, 2010.
- STRECK, E. V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS; UFRGS,2008.